

O relatório do IPCC



Por **RICARDO ABRAMOVAY***

Tanto as políticas econômicas como as decisões empresariais devem passar a se nortear por uma pergunta central: como isso vai impactar a relação entre sociedade e natureza e, especialmente, as mudanças climáticas?

Nada indica que os mais importantes tomadores de decisão do planeta estejam preparados para enfrentar o horizonte traçado pelo recente [relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas](#) (IPCC, na sigla em inglês), que analisa a evolução e as perspectivas da relação entre as sociedades humanas e o sistema climático do qual a vida na Terra depende. Uma das mais importantes e promissoras conclusões do relatório é que ainda existe uma estreita janela de oportunidades para que a temperatura global média não suba além de 1,5°C até o final do século.

Mas esta janela converte-se numa quase invisível fresta quando o mais importante jornal de economia do mundo, o [Financial Times](#), retrata o entusiasmo de Jan Jenisch, presidente do maior grupo produtor de cimento do mundo (Holcim), com o que ele chama de boom da construção, em função das necessidades de infraestrutura dos países em desenvolvimento. Sua alegria é compartilhada por Fernando Gonzales, o CEO da Cemex mexicana que fala em superciclo da construção.

O curioso é que a informação do Financial Times aparece num [podcast](#) do jornal, logo antes de um comentário sobre as enchentes na Alemanha e na China e a quebra de recorde de aumento de temperatura na América do Norte, sem que se faça qualquer relação entre cimento e [eventos climáticos extremos](#). Ora, se fosse um país, o setor de cimento seria o [terceiro maior emissor global](#). E não se pode dizer que o setor não esteja atento a seus impactos sobre o sistema climático.

Em 2021, cada tonelada de cimento é produzida com emissões 18% menores do que três décadas antes, mostra um trabalho do [CarbonBrief](#). Neste período, porém, a demanda de cimento no mundo triplicou. O resultado é que, apesar dos avanços tecnológicos do setor, suas emissões continuam subindo.

O [recente relatório](#) conjunto da Agência Internacional de Energia e do Conselho Global de Negócios para o Desenvolvimento Sustentável (WBCSD, na sigla em inglês) corrobora esta informação. Até 2050, a produção global de cimento deve aumentar 12%, mas suas emissões crescem “somente” 4%. O relatório do IPCC lançado esta semana faz com que esta inegável conquista (emitir menos por unidade produzida) se converta tragicamente em componente decisivo da crise climática.

O cimento aqui é tomado como um exemplo que atinge o conjunto da vida econômica. Os dados do [Painel Internacional de Recursos das Nações Unidas](#) são claros a este respeito: as emissões vindas da produção de materiais (metais, madeira, construção e plástico, sem incluir combustíveis fósseis e alimentos) dobraram entre 1995 e 2016 e passaram de 15% a 23% das emissões globais. E, da mesma forma que no cimento, os avanços técnicos para descarbonizar a oferta de ferro, aço, plástico e borracha foram imensos.

Se a este quadro se acrescentam os planos de ampliação da produção de petróleo e mesmo de carvão e as emissões derivadas da agropecuária no mundo todo, a conclusão é que tanto as estratégias empresariais quanto os planos governamentais de combate à crise climática estão muito aquém da urgência colocada pelo relatório do IPCC. É o que explica a afirmação de [Cristiana Figueres](#), que dirigiu a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas e foi uma das responsáveis pelo Acordo de Paris de 2015, numa entrevista após a divulgação do relatório do IPCC: “Nós não estamos à altura do desafio de nosso tempo... Estamos ainda promovendo melhorias marginais e os tempos apelam

para mudança drástica”.

O relatório do IPCC terá alcançado o objetivo de desencadear esta mudança drástica sob duas condições. A primeira é que cada cidadão e cada consumidor encare a crise climática contemporânea com a seriedade e a urgência que enfrentou a pandemia. É fundamental que a economia propicie bem-estar, conforto e condições para que as pessoas e suas comunidades floresçam, mas se não formos capazes de fazer escolhas orientadas pelas mensagens que o IPCC nos está transmitindo o resultado é que simplesmente não haverá futuro.

Neste sentido, enfrentar a crise climática consiste, antes de tudo, em combater as desigualdades, ou seja, em utilizar os recursos de que dispomos sob a [orientação gandhiana](#) de que o mundo é capaz de satisfazer as necessidades humanas, mas não o luxo, o desperdício e a cobiça. Nosso bem-estar tem que depender, cada vez mais, de bens comuns, de solidariedade, de sentido comunitário, de empatia e de cooperação social.

Nesta dimensão coletiva do bem-estar se fundamenta o vínculo entre combate à crise climática e sentimento democrático. Sociedades que cultivam o individualismo e a ideia de que a ascensão social é um esforço que depende estritamente das pessoas e não de suas relações comunitárias dificilmente terão condições de enfrentar a crise climática.

A segunda condição para que possamos nos aproximar do que Cristiana Figueres chamou de “mudança drástica” é que tanto as políticas econômicas como as decisões empresariais passem a se nortear por uma pergunta central: como isso vai impactar a relação entre sociedade e natureza e, especialmente, as mudanças climáticas? A urgência atual não permite mais que este tema seja encarado como “externo” à vida econômica, como uma espécie de consequência não antecipada, não prevista de nossas atividades e que será corrigida em algum momento. A luta contra a crise climática tem que estar no cerne da gestão econômica pública e privada.

União Europeia, China, Estados Unidos, Japão, Índia e inúmeras organizações empresariais dão claros sinais de que estão ao menos iniciando medidas nesta direção. A distância entre esta agenda e a dos fanáticos fundamentalistas que estão no Palácio do Planalto e na Esplanada dos Ministérios não poderia ser maior. No centro da luta para superar as ameaças que pesam sobre a democracia brasileira agora e no ano que vem está a mudança radical que Cristiana Figueres preconiza e que exige uma vida econômica que regenere os tecidos sociais, e naturais que até aqui tem acompanhado sistematicamente nossa oferta de bens e serviços.

***Ricardo Abramovay** é professor sênior do Instituto de Energia e Ambiente da USP. Autor, entre outros livros, de *Amazônia: por uma economia do conhecimento da natureza (Elefante/Terceira Via)*.